



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0001694-28.2018.4.03.6119/SP

2018.61.19.001694-7/SP

RELATOR : Desembargador Federal NINO TOLDO
APELANTE : Justiça Pública
APELANTE : CLAUDIO NANOR reu/ré preso(a)
ADVOGADO : SP0000DPU DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIAO (Int.Pessoal)
APELANTE : MIRIAM STELLA IBNOU ENNADRE reu/ré preso(a)
: MONIQUE AMINATA BALOSSA NSITOUAVOUKA reu/ré preso(a)
ADVOGADO : SP217870 JOSÉ EDUARDO LAVINAS BARBOSA e outro(a)
APELADO(A) : Justiça Pública
APELADO(A) : CLAUDIO NANOR reu/ré preso(a)
ADVOGADO : SP0000DPU DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIAO (Int.Pessoal)
APELADO(A) : MIRIAM STELLA IBNOU ENNADRE reu/ré preso(a)
: MONIQUE AMINATA BALOSSA NSITOUAVOUKA reu/ré preso(a)
ADVOGADO : SP217870 JOSÉ EDUARDO LAVINAS BARBOSA
No. ORIG. : 00016942820184036119 6 Vr GUARULHOS/SP

DESPACHO

A defesa constituída de CLÁUDIO NANOR pede autorização para que ele possa retornar à França, seu país de origem, independentemente do julgamento das apelações interpostas nos autos.

Relata, em síntese, que o requerente vem cumprindo a pena que lhe foi imposta na sentença, tendo progredido para o regime aberto, mas como é estrangeiro e não possui família ou residência no Brasil, foi acolhido pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Guarulhos (CDDH), sendo que sua esposa o auxiliava financeiramente.

Contudo, em razão da pandemia de Covid-19, sua esposa não tem mais como enviar-lhe recursos financeiros para auxiliar na sua subsistência e o CDDH terá que suspender suas atividades, por força da medida de isolamento decretada pelo Governo do Estado de São Paulo, não podendo mais recebê-lo em seu albergue. Assim, não restará outra saída ao requerente, a não ser viver na rua.





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Afirma, outrossim, não haver risco à aplicação da lei penal, pois o requerente é casado e possui residência fixa na França. Além disso, seu antigo empregador propôs-se a readmiti-lo.

Diante disso, a defesa "*requer seja autorizado o repatriamento imediato do Sr. CLÁUDIO NANOR à França, a fim de preservar a saúde, segurança e integridade física do peticionário e de seus familiares em razão da pandemia causada pelo novo coronavírus*" (fls. 603/603v).

O pedido e os documentos que o instruem forem encaminhados por correio eletrônico (fls. 598/679), ante o teor das Portarias Conjuntas nºs 2 e 3/2020 da Presidência deste Tribunal e da Corregedoria Regional da Justiça Federal da Terceira Região.

Consta no correio eletrônico, ainda, a notícia de que, deferido o pedido, o Consulado da França emitiria um *laissez passer* em nome do requerente e sua família adquiriria uma passagem aérea em seu nome, com destino àquele país.

A Procuradoria Regional da República manifestou-se pelo deferimento do pedido (fls. 684/685).

Após, uma das defensoras do requerente solicitou, por correio eletrônico, o encaminhamento do parecer ou, ao menos, informação quanto ao seu teor.

É o relatório. **DECIDO.**

Inicialmente, ante a constituição de defensores por CLÁUDIO NANOR (fls. 604v), **desonero** a Defensoria Pública da União (DPU) do encargo de representá-lo nestes autos.

Passo, então, ao exame do pedido.

Compulsando os autos, verifico a especificidade da situação do requerente, que, segundo consta, cumpre pena em regime aberto, mas, por ser estrangeiro e não possuir vínculo com o Brasil, vinha sendo assistido pelo CDHH, cujas instalações serviam-lhe inclusive como moradia. Aliás, sua intimação pessoal da sentença ocorreu em tal local (fls. 592/593).





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Verifico, ademais, que a Procuradoria Regional da República manifestou-se pelo desprovimento da apelação interposta pelo Ministério Público Federal (MPF), na qual é requerida, em suma, a majoração das penas aplicadas aos acusados pela prática do crime previsto no art. 33, c.c. o art. 40, I, ambos da Lei nº 11.343/2006, bem como sua condenação pela prática do crime do art. 35 desta mesma Lei (fls. 542/550v).

De outro lado, a atual emergência de saúde pública de importância internacional decorrente dos riscos de infecção humana pelo novo coronavírus (Covid-19) impede a manutenção do requerente e afeta inclusive sua moradia, pois segundo sua defesa, o CDHH, instituição que o acolhia, terá que suspender suas atividades em razão da medida de isolamento decretada pelo Governo do Estado de São Paulo, o que o levará a se tornar morador de rua.

Diante da peculiaridade e urgência da situação ora descrita, e em atenção ao princípio da dignidade da pessoa humana, que constitui um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (CF, art. 1º, III), **a existência do presente feito**, em que se encontram pendentes de julgamento apelações do MPF e dos acusados, **não constitui impedimento para o retorno do requerente à França**, devendo o requerente deixar registrado nos autos o seu endereço residencial na França, telefone onde possa ser contatado e e-mail.

Comunique-se ao Departamento de Polícia Federal em São Paulo, com cópia para a Delegacia de Polícia Federal do Aeroporto Internacional de São Paulo em Guarulhos, informando que o presente feito não constitui óbice ao retorno de CLÁUDIO NANOR para a França.

Não obstante isso, considerando que o requerente ainda não terminou de cumprir a pena que lhe foi imposta, incumbe à defesa diligenciar junto ao Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública (DRCI - MJSP) a eventual necessidade e possibilidade de continuidade do cumprimento da pena na França, formalizando o pedido perante tal órgão.

De todo modo, **registro que as apelações serão julgadas no mês de maio**, considerando-se que o feito já se encontra em termos.

Dê-se ciência à defesa e à Procuradoria Regional da República por correio eletrônico, mediante o encaminhamento de via deste despacho. **Encaminhe-se à defesa**, ainda, via da manifestação ministerial.





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Dê-se ciência à DPU de sua desoneração, também por correio eletrônico, mediante o encaminhamento de via deste despacho.

Proceda-se às anotações necessárias, nos autos e no sistema processual, acerca dos novos defensores do requerente.

Providencie-se o necessário. Cumpra-se, *com urgência*.

São Paulo, 22 de abril de 2020.



"Documento eletrônico assinado digitalmente pelo(a) **Desembargador Federal NINO TOLDO**, nos termos do art. 1º, §2º, III, "a" da Lei nº 11.419 de 19/12/2006 combinado com a Medida Provisória nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://web.trf3.jus.br/acordaos/VerificacaoAssinatura> informando o código verificador **7847154v7.**, exceto nos casos de documentos com segredo de justiça."

